

Alerta Legislação, nº 45, de 08 a 13 nov. 2010

Boletim semanal produzido pela Biblioteca da Casa Civil

DESTAQUES DA SEMANA

Governo Federal

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 511, DE 5.11.2010**

Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências.

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/11/10	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 511, DE 5.11.2010</u> Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.355, DE 5.11.2010</u> Acresce dispositivo ao Decreto no 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN. <u>DECRETO Nº 7.354, DE 5.11.2010</u> Altera o Anexo ao Decreto no 7.230, de 12 de julho de 2010, que distribui os efetivos de oficiais da Marinha, em tempo de paz, para o ano de 2010, e fixa os percentuais mínimos dos cargos do Corpo de Intendentes da Marinha e do Corpo de Saúde da Marinha, que deverão ser ocupados exclusivamente por oficiais do sexo masculino. <u>DECRETO DE 5.11.2010</u> Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Comboios, localizada no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo. <u>DECRETO DE 5.11.2010</u> Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tupiniquim, localizada no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Câmara de Comércio Exterior (CAMEX)	<u>RESOLUÇÃO CAMEX Nº 80, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre a aplicação das regras de origem não preferenciais de que tratam o art. 9º do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e o Acordo sobre Regras de Origem da OMC.

Conselho Nacional de Previdência Social (CONFAZ)	<u>CONVÊNIO CONFAZ/ICMS Nº 161, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Autoriza o Estado de São Paulo e o Distrito Federal a instituir parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica. <u>CONVÊNIO CONFAZ/ICMS Nº 163, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera o Convênio ICMS 130/07, que dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural.
Ministério da Fazenda (MF)	<u>PORTARIA MF Nº 527, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre a prática de atos e termos processuais em forma eletrônica, bem como a digitalização e armazenamento de documentos digitais no âmbito do Ministério da Fazenda.
Secretaria da Receita Federal (SRF)	<u>PORTARIA SRF Nº 2.201, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera a Portaria RFB nº 2.166, de 08 de novembro de 2010. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 1.082, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Institui a Declaração Eletrônica de Movimentação Física Internacional de Valores (e-DMOV), e dá outras providências. <u>PORTARIA SRF Nº 2.166, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Disciplina o acesso a informações protegidas por sigilo fiscal e o uso de instrumento público para conferir poderes para a prática de atos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
12/11/10	<u>LEI Nº 14.273, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010</u> (Projeto de lei nº 687/06, do Deputado Carlos Neder - PT) Introduz o quesito cor no Sistema Estadual de Informações em Saúde, bem como nos bancos de dados utilizados pelos programas sociais, e dispõe sobre a criação do Grupo Gestor Quesito Cor <u>DECRETO Nº 56.385, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta, visando o levantamento do Balanço Geral do Estado do exercício de 2010, e dá providências correlatas
10/11/10	<u>DECRETO Nº 56.386, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera dispositivos do Decreto nº 52.859, de 2 de abril de 2008, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007 <u>DECRETO Nº 56.385, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta, visando o levantamento do Balanço Geral do Estado do exercício de 2010, e dá providências correlatas
09/11/10	<u>DECRETO Nº 56.383, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera o dispositivo que especifica do Decreto nº 54.026, de 16 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a instituição de programas destinados ao atendimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 56.382, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Organiza, na Secretaria de Economia e Planejamento, a Unidade de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo e dá providências correlatas

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado De São Paulo	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 180, DE 8-11-2010</u> Homologa a inclusão de novos serviços na "Tabela de preços e prazos de serviços da SABESP", homologada pelas Deliberações ARSESP 153 e 154/2010
Cultura	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SC - 60, DE 21-7-2010</u> Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930
Defensoria Pública do Estado	DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <u>ATO NORMATIVO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL Nº 36, DE 12-11-2010</u> Institui a Comissão de Estudos Interdisciplinares no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que terá por atribuições analisar casos paradigmáticos, sugerir rotinas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, apontar diretrizes de atuação e apreciar propostas formuladas pela Assessoria Técnica Psicossocial DEFENSORA PÚBLICA-GERAL <u>ATOS DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL, DE 8-11-2010</u> Dispõe sobre o edital referente ao concurso de promoção para os Defensores Públicos ocupantes dos cargos de nível III para o nível IV da carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2010
Economia e Planejamento	AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 10, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre o pagamento adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008, para o exercício de 2010 AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 9, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre a fixação das metas trimestrais para o indicador específico da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008, para o exercício de 2010 AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 8, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores específicos da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008, para o exercício de 2010 AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 7, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre as normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1079, de 17 de dezembro de 2008, para a Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 6, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre o Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1079, de

	17 de dezembro de 2008. AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS <u>PORTARIA AGEMCAMP 5, DE 9-11-2010</u> Dispõe sobre a definição do indicador específico da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1079, de 17 de dezembro de 2008, seus critérios de apuração e avaliação, e suas respectivas metas GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SEP 12, DE 4-11-2010</u> Dá nova redação à Resolução SEP nº 08 de 24 de julho de 2009 referente ao GT Paulista da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
Educação	COORDENADORIA DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO <u>PORTARIA CONJUNTA COGSP/CEI, DE 09-11-2010</u> Estabelece normas para aplicação de provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP
Fazenda	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>PORTARIA CAT N.º 175, DE 12-11-2010</u> Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações com gado e carne. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF-SEP-11, DE 11-11-2010</u> Dispõe sobre a fixação das metas trimestrais para os indicadores globais que especifica, das Secretarias da Fazenda e de Economia e Planejamento, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados-BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.079-2008, para o exercício de 2010 GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF N.º114, DE 11-11-2010</u> Dispõe sobre o desdobramento da meta das parcelas da receita tributária para 2010. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF N.º113, DE 11-11-2010</u> O Secretário da Fazenda, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF-52, de 23-10-2008, faz publicar o índice de variação real da arrecadação e o valor unitário da quota, para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2008: [...] GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF N.º 112, DE 9-11-2010</u> Regulamenta o módulo econômico-financeiro do Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas – Siedesc. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/SEP 10, DE 8-11-2010</u> Dispõe sobre a avaliação de desempenho para fins de confirmação ou exoneração no cargo de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas em estágio probatório
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SJDC 334, DE 10-11-2010</u> Regulamenta a Lei 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial, cria a Comissão Processante Especial e dá outras providências

Segurança Pública	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP-180, DE 12/11/2010</u> Autoriza a transferência de 200 pistolas 24/7, Taurus da Polícia Militar para a Superintendência de Polícia Técnico-Científica GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAP-SSP-1, DE 11-11-2010</u> Constitui Comissão visando a implantação do monitoramento eletrônico de presos no Estado de São Paulo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO <u>PORTARIA DETRAN - 1711, DE 09-11-2010</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de novembro de 2010, consoante exigência prevista na Portaria Detran nº 767, de 2006 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (ESTADO-MAIOR DA POLÍCIA MILITAR) <u>PORTARIA DO CMT G Nº PM1-006/02/10, DE 5-11-2010</u> Altera a Portaria do Cmt G nº PM1-001/02/10, de 22 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo na Polícia Militar e dá outras providências
Transportes Metropolitanos	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM Nº 80, DE 28-10-2010</u> Nomeia os integrantes da Comissão de Licitação para processar e julgar a Concorrência Pública Internacional para a concessão patrocinada do Sistema Integrado Metropolitano voltado à prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo na Região Metropolitana da Baixada Santista – SIM da Baixada
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>PORTARIA GR-4.846, DE 12-11-2010</u> Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a Inclusão Social
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
12/11/10	COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 35/2010</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que, quando da admissão ou da contratação de pessoal, seja por concurso público, processo seletivo ou em caráter de urgência, no caso dos admitidos ou contratados já terem exercido cargo ou emprego na Administração Pública, a origem deverá, além da declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público e dos documentos elencados na Seção que trata dos Atos de Admissão de Pessoal, das Instruções nºs 01 e 02/2008 desta Casa juntar, se for o caso, prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego. No caso de acúmulo legal, deverá juntar declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente. Referida documentação deverá fazer parte do processo de admissão de pessoal e permanecer à disposição deste Tribunal, para fins da correspondente fiscalização. Quando da recepção dos arquivos pelo sistema SISCAS, ocorrendo duplicidades de registros nesta Corte, a auditoria requisitará ao responsável do órgão que procedeu a admissão ou a contratação as justificativas e documentos que as esclareçam, conforme o caso. SDG, 10 de novembro de 2010. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

13/11/10	<u>LEI Nº 15.326, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010</u> (Projeto de Lei nº 330/08, do Vereador Donato - PT) Determina a possibilidade de monitoramento por câmeras em eventos geradores de público e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 51.924, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Autoriza o Secretário Executivo do Comitê Municipal de Mudança do Clima a representar a Cidade de São Paulo na assinatura do Pacto da Cidade do México - Convenção das Cidades Globais sobre o Clima. <u>DECRETO Nº 51.923, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2010.
12/11/10	<u>DECRETO Nº 51.920, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Regulamenta a aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade urbana no Município de São Paulo, nos termos da Lei nº 15.234, de 1º de julho de 2010. <u>DECRETO Nº 51.919, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Estabelece o procedimento para a fiscalização eletrônica e aplicação da penalidade de multa por descumprimento à legislação que dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M-SP.
10/11/10	<u>DECRETO Nº 51.915, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Altera a ementa e os artigos 1º, 3º, 8º e 11 do Decreto nº 49.135, de 15 de janeiro de 2008, que instituiu os Centros de Cidadania da Mulher. <u>DECRETO Nº 51.914, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010</u> Confere nova redação ao artigo 20 do Decreto nº 51.277, de 4 de fevereiro de 2010.

Obs.: Caso algum [link](#) não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br
 Casa Civil do Estado de São Paulo
 Centro de Documentação e Arquivo - CDA
 (11) 2193-8107 e 8144
ccivil@sp.gov.br
 Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br
 Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br
 Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.